



**“A SOBERANIA BRASILEIRA NA AMAZÔNIA FRENTE ÀS PRESSÕES  
INTERNACIONAIS”**

**“BRAZILIAN SOVEREIGNTY IN THE AMAZON IN THE FACE OF  
INTERNATIONAL PRESSURES”**

**“LA SOBERANÍA BRASILEÑA EN LA AMAZONÍA FRENTE A LAS  
PRESIONES INTERNACIONALES”**

**Cecília Figueiredo da Silva**

**Resumo:** A Floresta Amazônica é um dos maiores patrimônios naturais do planeta, essencial para o equilíbrio climático e a biodiversidade mundial. Contudo, seu território desperta interesse internacional sob o argumento de que seria um “patrimônio comum da humanidade”. Esse discurso tem gerado tensões políticas entre a preservação ambiental e a soberania brasileira. Este trabalho analisa como as pressões estrangeiras, baseadas em preocupações ecológicas e econômicas, interferem na autonomia do Brasil sobre sua floresta. A pesquisa, de caráter



qualitativo e bibliográfico, identifica os principais argumentos de internacionalização e avalia as políticas de defesa da soberania nacional.

Conclui-se que, embora o Brasil possua instrumentos legais de proteção, ainda há falhas na fiscalização e na aplicação de sanções ambientais. Assim, a reafirmação da soberania brasileira deve vir acompanhada de ações concretas de preservação e uso sustentável do bioma.

## 1. INTRODUÇÃO

A Amazônia, considerada o maior bioma tropical do planeta, possui papel estratégico na regulação climática e na conservação da biodiversidade global. Sua relevância ultrapassa fronteiras, despertando atenção da comunidade internacional e levantando discussões sobre a soberania brasileira. Nos últimos anos, países e organizações estrangeiras têm defendido que a floresta é um “patrimônio comum da humanidade”, o que sugere a ideia de uma possível internacionalização. Essa visão, embora amparada em preocupações ambientais, coloca em xeque a autonomia do Estado brasileiro.

A situação-problema deste estudo está na tensão entre a necessidade de proteger o meio ambiente e a preservação da soberania nacional. O Brasil enfrenta críticas sobre o desmatamento e a exploração de recursos naturais, o que alimenta discursos de ingerência internacional. O objetivo geral é analisar como o país reafirma sua soberania sobre a Amazônia diante dessas pressões, identificando desafios e estratégias políticas envolvidas.

A justificativa para a escolha do tema reside na importância geopolítica e



ambiental da Amazônia, essencial para o Brasil e para o planeta. Discutir a soberania sobre essa região é fundamental para compreender as relações internacionais e as responsabilidades do Estado na gestão sustentável de seus recursos. Além disso, a análise contribui para o debate sobre o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

A soberania é definida por Dalmo de Abreu Dallari como o poder supremo do Estado de decidir sobre suas normas dentro de seu território. No contexto amazônico, essa definição é constantemente desafiada, já que potências estrangeiras, sob justificativas ambientais, questionam a capacidade do Brasil de proteger a floresta. O argumento de “patrimônio da humanidade”, amplamente difundido por lideranças internacionais, sugere que o bioma deveria ser gerido por uma autoridade global.

Contudo, historicamente, as grandes potências foram responsáveis pela devastação de suas próprias florestas, o que torna contraditória sua postura intervencionista. A Embrapa (2006) aponta que mais de 75% das florestas mundiais já desapareceram, enquanto o Brasil mantém quase metade das florestas primárias remanescentes do planeta. Isso demonstra que o país tem sido, em certa medida, um exemplo de preservação, ainda que com falhas na aplicação de suas leis ambientais.



Entre os principais instrumentos de cooperação internacional, destaca-se o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), firmado em 1978 entre os oito países amazônicos. Seu objetivo é promover o desenvolvimento sustentável e fortalecer a soberania regional, impedindo interferências externas. Apesar disso, discursos sobre a internacionalização persistem, revelando que a defesa da Amazônia exige não apenas diplomacia, mas políticas ambientais eficazes.

Os povos indígenas ocupam papel central nesse debate. Responsáveis por preservar vastas áreas de floresta, são também os mais vulneráveis diante de uma eventual perda de soberania. A internacionalização, além de reduzir o poder do Estado brasileiro, poderia ameaçar os direitos garantidos pela Constituição Federal e pelo Decreto nº 1.775/1996, que regulamenta a demarcação de terras indígenas.

Do ponto de vista ambiental, a Amazônia é fundamental para o equilíbrio climático. Conforme a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2020), os chamados “rios voadores” transportam umidade para grande parte da América do Sul, evitando a desertificação de regiões agrícolas. O desmatamento, portanto, não compromete apenas a biodiversidade, mas também a produção de alimentos e a geração de energia hidrelétrica.

O Brasil é signatário de diversos acordos internacionais, como a Convenção sobre Diversidade Biológica e o Acordo de Paris. Contudo, a eficácia dessas políticas depende da fiscalização e do cumprimento das leis nacionais. Entre os exemplos de iniciativas internas, o Fundo Amazônia, criado em 2008, visa financiar ações de preservação e combate ao desmatamento. Entretanto, o aumento das queimadas entre 2019 e 2022 gerou desconfiança internacional e



suspendeu o repasse de recursos de países como Noruega e Alemanha.

A análise histórica mostra que a destruição ambiental, frequentemente justificada como sinônimo de progresso, resulta em prejuízos irreversíveis. A comparação com a Mata Atlântica é clara: embora tenha sido amplamente explorada, o Brasil não obteve enriquecimento duradouro. Assim, repetir esse erro na Amazônia significaria comprometer o futuro econômico e ecológico do país. A verdadeira prosperidade está em utilizar de forma sustentável as áreas já desmatadas, investir em manejo florestal e valorizar os saberes tradicionais das comunidades locais. Isso garantiria desenvolvimento sem destruir o principal patrimônio natural do Brasil.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa evidencia que a soberania brasileira sobre a Amazônia é constantemente ameaçada por pressões internacionais motivadas por discursos ambientais e interesses geopolíticos. Apesar de o Brasil possuir leis e tratados que asseguram a proteção do bioma, a ineficiência na fiscalização e a falta de políticas consistentes comprometem sua credibilidade no cenário global.

Defender a Amazônia não significa negar a cooperação internacional, mas sim exercer plenamente a soberania nacional por meio da ocupação, preservação e uso sustentável do território. O país deve fortalecer órgãos ambientais, valorizar comunidades tradicionais e cumprir suas obrigações legais e diplomáticas. Somente com compromisso político e responsabilidade ecológica será possível



preservar a floresta e reafirmar a soberania brasileira diante das pressões externa

**Palavras-chave:** Amazônia; soberania; internacionalização; preservação ambiental; Brasil.

#### 4. REFERÊNCIAS:

ARAGÓN, Luis Eduardo. A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação. *Revista NERA*, ano 21, n. 42, p.15-33, 2018.

BARROS-PLATIAU, A. F. O Brasil na governança das grandes questões ambientais contemporâneas. *IPEA*, Brasília, nº 1618, 2011. Disponível em: <https://www.econstor.eu/handle/10419/91189>. Acesso em: 7 set. 2025.

BRASIL. Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008. Dispõe sobre o estabelecimento do Fundo Amazônia pelo BNDES. Diário Oficial da União, Brasília, 1 ago. 2008.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos da teoria geral do Estado. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). O território brasileiro e o meio ambiente. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2006.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA (OTCA). Tratado de Cooperação Amazônica (TCA). Brasília: OTCA, 1978.

UESB – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA. Como a Amazônia impede a desertificação da América do Sul. 2020. Disponível em: <https://www2.uesb.br/galapagos/2020/07/01/como-a-amazonia-impede-a-desertific>



[acao-da-america-do-sul/](http://acao-da-america-do-sul/). Acesso em: 23 set. 2025.